

TERMO DE REFERÊNCIA**Processo Administrativo nº. 23079.224073/2021-10****1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuada de limpeza, conservação e manutenção preventiva e corretiva de Equipamentos de Piscina semiolímpica situada nas dependências da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tais como tratamento de água, limpeza e fornecimento dos respectivos insumos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE	Item	Catser	Descrição	UND	QTD	V. Unit	V.Total
1	1	9962	Manutenção de Piscina - 25m x 12,5m x 1,20m, aprox. 375 m ³	Mês	12	R\$ 6.088,00	R\$ 73.056,00
	2	9962	Serviço de troca e instalação de bombas e Filtros	SERV	1	R\$ 37.358,04	R\$ 37.358,04
							R\$ 110.414,04

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por grupo.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.7. O prazo para início da vigência do contrato ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:**

- 5.1.1. Celebrar-se-á contrato com a adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93;
- 5.1.2. O Contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº 8.666/93;
- 5.1.2.1. Os valores relacionados com o ITEM 2 que se pretende contratar pelo presente Termo de Referência são exauridos ao término de sua execução, não havendo possibilidade de prorrogação para este item.
- 5.1.3. Exigir-se-á a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro- garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério desta Administração;
- 5.1.4. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e Ampla Defesa;
- 5.1.5. Não se aplica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o serviço pleiteado tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferências de conhecimentos entre elas, após findo o contrato.
- 5.1.6. Adotar-se-á como critério de julgamento o de menor preço global dos serviços;
- 5.1.7. A Contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes de acordo com a atividade a ser desempenhada nesta Administração, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo ao empregado;
- 5.1.8. A Contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93;

5.1.9. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação mensal do gestor/fiscal do contrato.

5.1.10. O Fornecedor deverá:

5.1.10.1. Atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação;

5.1.10.2. Estar com o seu cadastro regular no SICAF;

5.1.10.3. Não estar impedido de contratar com qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

5.1.10.4. Ter executado serviços compatíveis ao objeto da licitação;

5.1.10.5. Ter disponibilidade de veículos, equipamentos e maquinário em perfeito estado de conservação e funcionamento para prestação dos serviços;

5.1.10.6. Possuir no seu quadro funcional, pessoal habilitado e treinado para execução dos serviços a serem contratados.

5.1.11. Dentre os profissionais necessários a prestação do serviço a contratada obrigatoriamente deverá dispor:

5.1.11.1. Químico ou Técnico Químico com registro no órgão competente válido;

5.1.11.2. Técnico em manutenção de piscinas e/ou Piscineiro, com experiência comprovada de no mínimo 6 (seis) meses.

5.1.12. Não se verifica a necessidade de presença permanente destes profissionais no local da prestação do serviço

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, devendo ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para sua execução, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

6.2. A contratada deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando for o caso:

6.2.1. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 6.2.1.1. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;
- 6.2.2. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - 6.2.2.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - 6.2.2.2. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações determinadas pela ANVISA;
 - 6.2.2.3. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído na IN 01 de 19/01/2010;
- 6.2.3. Observar a resolução CONAMA nº 20, de 07/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 6.2.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para execução dos serviços;
- 6.2.5. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- 6.2.6. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores;
- 6.3. Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, os critérios de sustentabilidade dos subitens do 5.19 da IN 06/2013.
- 6.4. Quanto à redução de produção de resíduos sólidos, a Contratada deverá atender à Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- 6.5. A Contratada também deverá adotar, sempre que possível, boas práticas otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:
 - 6.5.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
 - 6.5.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - 6.5.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
 - 6.5.4. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza;
 - 6.5.5. Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1. . Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16. Horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21)3938-6849 (21) 3938-6819 através dos Srs. Antônio Mathias e também Carlos Paiva, ou pelo telefone (21)39386809, através do Sr. Hugo Moreno;



7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Rotina de serviços para a piscina:

8.1.1.1. Diariamente: Duas visitas ao dia de segunda a sexta-feira, observado que:

a) Executar todos os procedimentos operacionais técnicos para manter a qualidade da água conforme o que estabelece a NORMA ABNT NBR 10818:2016;

b) Manter o nível de água no interior da piscina sempre no valor estabelecido pela contratada;

c) Registrar as análises DIÁRIAS em formulários específicos e disponibilizar os mesmos em local de fácil acesso para os usuários da piscina assim como para a contratante;

d) 1ª visita – Antes das 8h00 ou de acordo com a demanda da administração: medição do pH e temperatura. Emissão de laudo e assinatura de registro;

e) 2ª visita – Após as 18h00 ou de acordo com a demanda da administração: tratamento da água com aplicação de produtos, limpeza da piscina, controle da temperatura, do pH e demais serviços de manutenção

8.1.1.2. Semanalmente:

8.1.1.2.1. ASPIRAÇÃO: - Realizar a aspiração com drenagem ou filtragem duas vezes por semana, de forma a expulsar todos os resíduos depositados no fundo da piscina, expulsando-os pelo esgoto ou reterendo-

os pelo elemento filtrante caso o mesmo consiga retê-los.

8.1.1.2.2. ESCOVAÇÃO DAS PAREDES E LIMPEZA DAS BORDAS: - Realizar a escovação das paredes e a limpeza das bordas uma vez por semana de forma a evitar a proliferação de algas utilizando-se de algicidas.

8.1.1.2.3. RETROLAVAGEM DO ELEMENTO FILTRANTE: - Realizar a retrolavagem do elemento filtrante uma vez por semana.

8.1.1.2.4. LIMPEZA DO PRÉ-FILTRO DA BOMBA: - Realizar a limpeza do pré-filtro da bomba sempre que necessário, de forma que a filtragem não seja comprometida por obstruções no pré-filtro.

8.1.1.3. Semestralmente ou quando determinado pela fiscalização do contrato: limpeza completa do interior da piscina com esvaziamento da mesma

8.1.1.4. Limpeza da área externa à piscina:

8.1.1.4.1. Realizar a limpeza da área da piscina envolvida pelas grades, esta atividade compreenderá: - colheita de todos os detritos estranhos à piscina tais como folhas, ciscos, areia e retirada de plantas que por ventura cresçam no interior dos ralos; - limpeza da cerâmica através de lavagem com cloro e sabão em pó, mantendo-a sempre com boa apresentação, não deixando que a sujeira fique impregnada em sua superfície.

8.1.1.5. Filtragem:

8.1.1.5.1. Realizar a filtragem pelo menos semanalmente, certificando-se de não ligar a bomba do filtro com os registros fechados; verificando se há água no pré-filtro da moto-bomba e realizar a troca da areia do filtro anualmente de forma a mantê-la com sua granulometria ativada

8.1.2. Rotina de serviços para a casa de máquinas:

8.1.2.1. Diariamente: verificação do sistema de funcionamento da piscina e notificação para a administração da Universidade caso haja alguma inconformidade com a tubulação, vazamento em geral e/ou mau funcionamento dos equipamentos.

8.1.2.2. Semanalmente: limpeza com varrição e organização do espaço.

8.1.2.3. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO MAQUINÁRIO: - Realizar a manutenção preventiva, tal como a troca de peças defeituosas, lubrificação de engrenagens entre outras que implicam diretamente no funcionamento das máquinas da

piscina, bem como a manutenção corretiva como substituição de bombas, tubulações e outras peças que impeçam seu funcionamento

8.1.3. Manutenção Preventiva e Corretiva

8.1.3.1. Os serviços definidos neste instrumento incluem:

8.1.3.1.1. Manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica dos Equipamentos dos Sistemas de circulação, filtragem e controle e tratamento da água da piscina, de forma que a mesma mantenha uma qualidade, nos aspectos químicos e bacteriológicos ideais para o fim a que se destina;

8.1.3.1.2. Serviços técnicos especializados de inspeção, verificação, operação, conservação, limpeza, adequação e também, no caso de ocorrência de defeitos, as manutenções corretivas necessárias para restabelecer as condições normais e seguras de funcionamento dos equipamentos que fazem parte dos sistemas da piscina.

8.1.3.1.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva tem por escopo a realização de serviços de inspeção, verificação, operação, conservação, limpeza, no sentido de:

8.1.3.1.3.1. detectar quaisquer anomalias ou desvios relativamente à sua situação de estado ou funcionamento;

8.1.3.1.3.2. determinar as ações necessárias para repor o estado ou funcionamento normal se necessário;

8.1.3.1.3.3. evitar a ocorrência futura de anomalias ou desvios que venham a diminuir a prestação do item ou até mesmo provocar a sua inoperacionalidade intempestiva.

8.1.3.1.4. As ações definidas nos subitens acima deverão permitir a introdução de intervenções planejadas de manutenção como forma de redução de avarias e consequentemente perdas de produção.

8.1.3.1.5. As ações de manutenção são calendarizadas de acordo com as recomendações dos fabricantes dos equipamentos, know-how adquirido, histórico acumulado, perfil de utilização dos equipamentos e meio ambiente onde estes estão integrados.

8.1.3.1.6. As ações ou intervenções essenciais de manutenção preventiva são as seguintes:

- a) Abertura e fecho de acessos;
- b) Arranque e paragem;
- c) Inspeção visual;

- d) Inspeção visual assistida com meios técnicos;
- e) Verificação de funcionamento;
- f) Leitura de parâmetros de pH e Cloro da água das piscinas;
- g) Calibração, afinação, ajuste;
- h) Inspeção quanto à existência de fugas;
- i) Substituição de peças ou órgãos;
- j) Limpeza, lavagem, secagem;
- k) Reposição de níveis;
- l) Ensaio funcional;
- m) Ensaio de situações de emergência;
- n) Controle dimensional;

8.1.4. Detalhamento das Rotina dos Serviços

8.1.4.1. A rotina dos serviços observará a seguinte configuração:

8.1.4.1.1. Análise dos parâmetros de pH e Cloro Livre:

8.1.4.1.1.1. Frequência - 2 (duas) vezes por dia.

8.1.4.1.2. Aplicação de produtos químicos.

8.1.4.1.2.1. Frequência - Sempre que necessário.

8.1.4.1.3. Aspiração:

8.1.4.1.3.1. Frequência - 03 (três) vezes por semana ou sempre que necessário.

8.1.4.1.4. Limpeza de bordas:

8.1.4.1.4.1. Frequência - 03 (três) vezes por semana ou sempre que necessário.

8.1.4.1.5. Limpeza da área de circulação e outros ambientes

8.1.4.1.5.1. Frequência - diariamente, de segunda-feira a sexta-feira.

8.1.4.1.6. Limpeza de casa de máquinas

8.1.4.1.6.1. Frequência - semanalmente (na sexta-feira).

8.1.4.2. O controle do pH e níveis de Cloro da água deve ser executado diariamente.

8.1.4.3. A Contratada deverá efetuar o tratamento das águas das piscinas, mantendo sua qualidade de acordo com as seguintes especificações de natureza físico-química:

8.1.4.4. A limpidez da água deve ser de tal forma que permita perfeita visibilidade da parte mais profunda do tanque;

- 8.1.4.5. A superfície da água deve estar livre de materiais flutuantes, estranhos à piscina e o fundo do tanque, livre de detritos;
- 8.1.4.6. Quando utilizados desinfetantes a base de cloro, a concentração de cloro na água do tanque deverá ser mantida entre 0,8 mg/l a 3,0 mg/l de cloro livre;
- 8.1.4.7. O pH da água deverá ser mantido entre 7,2 e 7,8.
- 8.1.4.8. Eventuais concentrações pluviométricas que fogem da normalidade e que afetem a qualidade da água das piscinas deverão ter o tratamento com o produto químico adequado.
- 8.1.4.9. Para a correta prestação dos serviços a Contratada deverá inspecionar, periodicamente, as piscinas e sua estrutura física, efetuando, caso necessário, e independente de solicitação da fiscalização da Contratante, as seguintes tarefas: serviços de limpeza interna e externa, consertos ou substituições por desgaste normal ou defeitos ocasionais na estrutura física das piscinas, como o rejunte de azulejos, o fornecimento de material de limpeza, acessórios, remoção de fungos, e outros que se fizerem necessários, de forma que os mesmos permaneçam em perfeitas condições de use e segurança.;

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços relacionados com o ITEM 1 do presente instrumento, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Para a manutenção preventiva no tratamento das águas da piscina: Aparelho digital (fotômetro) para medir pH e cloro; peneira; escovão de nylon; barrilha; cloro líquido; redutor de pH; sulfato de alumínio; aspirador semiolímpico 12 rodas regulável; 12 metros de Cabo telescópico em alumínio, nas seguintes quantidades estimadas por ano:

ITEM	PRODUTO	QUANT. ANUAL
1.	Fotômetro (Aparelho digital para medição de Ph e Cloro)	01
2.	Reagentes DPD1, DPD3, PHENOL RED	3 x 750 Past
3.	Areia para os filtros	2.400kg
4.	Peneira	03
5.	Escovão de nylon	02
6.	Barrilha - BICARBONATO DE SÓDIO	120kg
7.	Cloro líquido	20.000kg
8.	Redutor de pH – ÁCIDO SULFÚRICO	2400 kg



9.	Sulfato de alumínio	1.200
10.	Aspirador Semiolímpico 12 rodas regulável	01
11.	12 m cabo telescópico em alumínio	01
12.	Calças	04
13.	Camisas	04
14.	Luvas nitrílicas	04
15.	Avental de pvc	04
16.	Óculos c/ ampla visão	02
17.	Calçado impermeável	02

9.1.2. A listagem do quadro acima é apenas indicativa e não exaustiva, cabendo ser adequada e redimensionada pela Contratada para a boa execução do serviço.

9.1.3. Quaisquer outros tipos de produtos químicos ou materiais que a Contratada queira utilizar serão de sua responsabilidade, tanto a aquisição, quanto a qualidade e o uso dos mesmos.

9.1.4. A contratada deverá fornecer todos os materiais químicos, mão-de-obra, equipamentos e acessórios para execução dos serviços relacionados acima

9.2. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

9.2.1. Limpeza e Aspiração:

9.2.1.1. Além dos materiais normais de limpeza, como escova, apanha folhas, varas e afins, a Contratada deverá assegurar o emprego de sistema de aspiração que garanta a preservação da membrana de revestimento da piscina e que a mesma não seja danificada (Ex.: aspirador semiolímpico com pelo menos uma bomba de aspiração com capacidade mínima de 50 m³/h e velocidade de deslocamento de pelo menos 10 mt/min).

9.2.1.2. Os materiais deverão ser capazes ainda de reter partículas com dimensões maiores ou iguais a 105 µm., deverão ter corpo em inox e deverão efetuar um varrimento às dimensões da piscinas por sensores de infra-vermelhos.

9.2.2. Controle dos Parâmetros Químicos da Água:

9.2.2.1. Contratada deverá medir diariamente os valores de cloro e pH com o recurso de um fotômetro digital, com câmera à prova de água e com uma resolução de no mínimo 0,01. Deverá conseguir ler valores de cloro pelo menos até 6,00 ppm e valores de pH entre pelo menos 6,50 – 8,40.

9.2.3. Equipamento de Controle e Doseamento Automático de Produtos Químicos:



9.2.3.1. A Contratada deverá manter-se durante toda a vigência do contrato para fazer a manutenção de todo o equipamento de controle de instantâneo dos parâmetros da água e bombas doseamento de produtos químicos, incluindo sondas.

9.2.4. Fornecimento de Insumos:

9.2.4.1. A Contratada deverá manter-se durante toda a vigência do contrato para efetuar o fornecimento dos insumos necessários ao tratamento da água, nomeadamente Hipoclorito de Sódio e Ácido Sulfúrico ou Ácido Clorídrico, bem como de quaisquer outros produtos que venham revelar-se necessários, como anti-algas ou outros.

9.3. Para a execução dos serviços relacionados com o ITEM 2 do presente instrumento, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

2 (duas) BOMBAS: Centrífugas, potência de 5cv, 220/380 Trifásicas, c/pré-filtro, marca Albacete ou de qualidade similar.

2 (dois) FILTROS: Filtros em fibra, vazão de filtragem aproximada de 36m³, do tipo A-236 da marca Albacete ou de qualidade similar.

9.3.1. Todos os materiais (incluindo areia para o filtro, tubulações e conexões), insumos e os custos de mão de obra necessários para a instalação dos dois equipamentos acima devem estar incluídos no valor da proposta.

9.3.2. A garantia da instalação e dos equipamentos será de no mínimo de 1 (um) ano.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Quanto aos insumos e aos equipamentos:

10.1.1. Os materiais e insumos serão fornecidos pela Contratada e serão submetidos a aprovação da Fiscalização de Manutenção Predial da Contratante, antes de sua entrega, para a avaliação da qualidade e fornecimento de todos os produtos químicos necessários, conforme legislação atual;

10.2. Quanto ao endereço e ao volume da piscina:

Nº	METRAGEM	ENDEREÇO
1	25m x 12,5m x 1,20m Aproximadamente 375 m³	Av. Carlos Chagas Filho, 540, Prédio EEFD/UFRJ- campus Fundão/Cidade Universitária

10.3. Quanto às características da piscina:

10.3.1. PISCINA SEMIOLÍMPICA - Piscina com revestimento de cerâmico, com sistema de circulação e filtragem utilizando filtros de areia, doseamento de produtos manual.

10.4. Todos os custos relacionados com as peças (bombas e filtros) necessárias para a troca solicitada no ITEM 2 devem estar incluídos na proposta. Eventuais



solicitações de acréscimo nos valores ofertados não serão aceitas pela Administração. Recomendamos fortemente a vistoria no local para que seja verificado os itens necessários dentro da tecnologia empregada pelo fornecedor. Ressaltamos que os valores relacionados com o ITEM 2 serão suprimidos do contrato quando de sua renovação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;



- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e

**UFRJ**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas



neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará *o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto no Anexo 1, devendo haver o



redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

16.2.1. Cumprir a meta de 100% das limpezas/tarefas diárias

16.2.1.1. Cada falha implicará em glosa de aproximadamente 3,33% do valor mensal do contrato

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



- 17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.



18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à



existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela



CONTRATANTE, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1.A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2.O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento



irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

- 20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.



- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01



11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à



Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Comprovar capacidade técnica para executar os serviços, mediante comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 12 meses, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.3.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.3.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.3.2. Apresentar certidão de registro ou inscrição do responsável técnico na prestação do serviço, com linha de serviço compatível com o objeto da licitação, expedido pela entidade profissional competente, válida na



data da apresentação da proposta, conforme Lei nº 2.800 de 18/06/1956;

22.3.3. Apresentar certidão ou inscrição do licitante na entidade profissional competente, válida na data da apresentação da proposta, conforme Resolução Normativa CFQ nº. 105, de 17/09/1987 e nº 122, de 09/11/1990;

22.3.4. Os demais critérios de seleção do fornecedor são:

22.3.5. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.3.6. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22.3.8. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.


22.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor por item sendo:

22.4.1. R\$ 73.056,00 (Setenta e três mil e cinquenta e seis reais) para o ITEM 1

22.4.2. R\$ 37.358,04 (Trinta e sete mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quatro centavos) para o ITEM 2

22.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

ANEXO 1

 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA - PR6 INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - MANUTENÇÃO DE PISCINA																																																																																																																																											
CONTRATO Nº:		IMR	Data:																																																																																																																																								
UNIDADE:																																																																																																																																											
CONTRATADA:																																																																																																																																											
FISCAL ADMINISTRATIVO																																																																																																																																											
AVALIAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO:																																																																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Limpeza Diária Executada</th> </tr> <tr> <th></th> <th>SIM</th> <th>NÃO</th> <th>N/A</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>2</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>3</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>4</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>5</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>6</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>7</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>8</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>9</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>10</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>11</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>12</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>13</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>14</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>15</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>16</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>17</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>18</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>19</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>20</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>21</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>22</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>23</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>24</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>25</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>26</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>27</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>28</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>29</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>30</td><td>S</td><td></td><td></td></tr> <tr><td>31</td><td></td><td></td><td>NA</td></tr> <tr> <td>30</td> <td>0</td> <td>1</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Limpeza Diária Executada					SIM	NÃO	N/A	1	S			2	S			3	S			4	S			5	S			6	S			7	S			8	S			9	S			10	S			11	S			12	S			13	S			14	S			15	S			16	S			17	S			18	S			19	S			20	S			21	S			22	S			23	S			24	S			25	S			26	S			27	S			28	S			29	S			30	S			31			NA	30	0	1	
Limpeza Diária Executada																																																																																																																																											
	SIM	NÃO	N/A																																																																																																																																								
1	S																																																																																																																																										
2	S																																																																																																																																										
3	S																																																																																																																																										
4	S																																																																																																																																										
5	S																																																																																																																																										
6	S																																																																																																																																										
7	S																																																																																																																																										
8	S																																																																																																																																										
9	S																																																																																																																																										
10	S																																																																																																																																										
11	S																																																																																																																																										
12	S																																																																																																																																										
13	S																																																																																																																																										
14	S																																																																																																																																										
15	S																																																																																																																																										
16	S																																																																																																																																										
17	S																																																																																																																																										
18	S																																																																																																																																										
19	S																																																																																																																																										
20	S																																																																																																																																										
21	S																																																																																																																																										
22	S																																																																																																																																										
23	S																																																																																																																																										
24	S																																																																																																																																										
25	S																																																																																																																																										
26	S																																																																																																																																										
27	S																																																																																																																																										
28	S																																																																																																																																										
29	S																																																																																																																																										
30	S																																																																																																																																										
31			NA																																																																																																																																								
30	0	1																																																																																																																																									
TOTAL DE DIAS AVALIADOS		31																																																																																																																																									
Feriado, Sabado ou Domingo (dias em que Não se Aplica (N/A))		1																																																																																																																																									
TOTAL DE DIAS PARA CALCULO		30	100,00%																																																																																																																																								
Total de dias em que ocorreu a limpeza		30	100,00%																																																																																																																																								
Total de dias em que a limpeza deveria ocorrer mas houve falha		0	0,00%																																																																																																																																								
Valor Mensal Estimado do Contrato																																																																																																																																											
% de liberação de nota		100,00%																																																																																																																																									
Valor Liberado para Pagamento		R\$	-																																																																																																																																								
Fiscal Operacional	Fiscal Administrativo	Gestor PR-6	Responsável da Contratada																																																																																																																																								

OBS. A falha em um horário da visita diária implica, para efeito de avaliação, no não cumprimento da manutenção diária



ANEXO 2

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS
PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

À Comissão Especial de Licitação

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO nº __/20__

Prezados Senhores,

A **[Licitante – nome – sede – CNPJ]**, por seu representante legal abaixo assinado **[nome, profissão, domicílio, CPF e RG]**, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços objeto do referido Pregão, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA e na minuta de CONTRATO.

Rio de Janeiro, _____ de _____ 20__

[assinatura do representante legal]

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(Decreto nº 7.203/2010 / Súmula Vinculante nº 13/STF)

Eu, _____,
CPF _____, candidato a contratação pela empresa
_____, CNPJ _____,
_____, para o posto de trabalho de
_____, para prestação de serviços na
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, objeto do pregão nº ____/202__ e do
Contrato nº ____/202__,

DECLARO, para fins do disposto no Decreto nº 7.203/2010, de 04 de junho de 2010, e na Súmula Vinculante nº 13/2008, publicada pelo Supremo Tribunal Federal:

() **NÃO POSSUIR** cônjuge, companheiro ou parentes^(*) que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO e em suas Unidades vinculadas.

() **POSSUIR** cônjuge, companheiro ou parentes^(*) que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO e em suas Unidades vinculadas. (Neste caso deve ser preenchida a tabela abaixo)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Preencher o nome do cônjuge, companheiro ou parente, o grau de parentesco, o local e o cargo onde trabalha.

NOME: _____ Grau de Parentesco _____

_____ Cargo: _____

Lotação _____

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20__.

(*) Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:


UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- parente em linha reta até o terceiro grau (pai e mãe, filho e filha, avô e avó, bisavô e bisavó).
- parente colateral até o terceiro grau (irmão, irmã, tio, tia, sobrinho, sobrinha).
- parente por afinidade até o terceiro grau (cunhado(a), sogro(a), enteado, genro e nora, padrasto e madrasta do cônjuge, pais dos sogros, filhos do enteado, bisneto e bisneta do cônjuge).

Embasamento Legal:

Súmula Vinculante nº 13, publicada pelo STF:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.

- Código Penal – Falsidade Ideológica

“Art.299 omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 01(um) a 05 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa se o documento é particular.

Parágrafo Único: se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte”.

- DECRETO nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7203.htm